



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2008

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO
DE 2008: -----**

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças anteriormente referidas. --



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, começou por saudar todos os presentes, os Srs. Deputados Municipais, ilustre Vereação e seu Presidente, os membros da mesa, 1.º e 2.º Secretário, Técnicos e Técnicos Superiores da Autarquia e o excelentíssimo Público e Comunicação Social, desejando que a sessão decorresse como era timbre daquelas sessões, com discussão, esclarecimento e com elevação. Continuando, informou do pedido de suspensão de mandato do Deputado Municipal Manuel Ferreiro Inocêncio, eleito pelo Partido Social Democrata, solicitando a suspensão do mesmo pelo período de um ano, permitindo assim a substituição por outro elemento no decorrer dos trabalhos desse órgão. Informou também relativamente a um convite do Sr. Governador Civil de Coimbra para quem desejasse representar a Assembleia Municipal, estar presente num concerto naquele mesmo dia pelas 21:30 horas no pavilhão Centro de Portugal em Coimbra, com a participação do Trio Alemão “ABACO” no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, aspectos que considerava extremamente importantes porque as civilizações entendiam-se através de três diálogos, Diálogo Intercultural, Diálogo Inter-religioso e o Diálogo Interlinguístico. -----

----**APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----Foi posta à aprovação, pelo Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, a acta da sessão ordinária realizada em 22 de Abril de 2008, a qual foi **aprovada por maioria** com duas abstenção dos Srs. Deputados Dr. Raul de Almeida e Pedro Nunes por não terem estado presentes. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à acta aprovada o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego esclareceu que na página n.º4, na parte final da sua intervenção quando tinha referido que a notícia tinha extrapolado, referia-se à notícia do Sr. Deputado Gabriel Pinho e não à notícia do Leal&Soares. -----

-----Foi também posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada no dia 27 de Junho de 2008, a qual foi **aprovada por maioria** com sete abstenção dos Srs. Deputados da bancada do Partido Social Democrata por não terem estado presentes. ---

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:**-----

-----Iniciou-se este espaço da sessão com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão, contando que tinha sido abordado por um morador da Rua dos Mochos a seguir à ponte cabo do mar, queixando-se que sempre que chovia acumulava uma grande quantidade de água junto da sua porta. Referiu que existia uma paragem de Autocarro na Videira que estava sem cobertura e relativamente às facturas da água disse que tinha havido uma anomalia com a entrega das facturas, existindo muitos cidadãos a pagar o dobro do valor, pedindo assim que fossem corrigidas todas as situações e dentro do possível ressarcir os consumidores dos prejuízos que tinham tido. Mais, disse que a Junta de Freguesia da Praia de Mira não tinha meios para arranjar a estrada que ia da Videira para o FAOJ, que se encontrava cheia de buracos; que, por várias vezes, tanto verbalmente como através de ofício, tinha pedido à Câmara Municipal o fornecimento de “Tout-Venant”, mas passado tanto tempo, já não se contentava apenas com o fornecimento, pedindo também a sua aplicação. Terminando, referiu que no Jornal “O



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gandarez” de 18 de Setembro constava um aviso de escritura de justificação de uma propriedade na Videira e tanto quanto sabia a propriedade fazia parte do pousio, era pública e as confrontações daquela propriedade confrontavam com pessoas que eram “pseudo” proprietários das terras confinantes, pedindo à Câmara Municipal que estivesse atenta, evitando que as parcelas fossem sendo tomadas pelos cidadãos. -----

----- Usou da palavra o Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim começando por ler um e-mail do Dr. Luís Rocha sobre assinatura de protocolo onde dizia: *“meus caros amigos, após uma intervenção do Vereador Dr. Miguel Grego conseguiu-se a aprovação da candidatura à medida 1 do Instituto do Desporto para os balneários do futebol. A assinatura do protocolo é sábado às 15 horas integrado na inauguração do Estádio de Mira. Não ia estar presente por se encontrar em Espanha, mas iria estar o Tiago em nome da direcção para a assinatura”*. Continuando, disse que existia um bom empenhamento da Câmara Municipal em garantir que alguns apoios externos ao Concelho chegassem onde eram necessários, agradecendo ao Dr. Luís Rocha e ao Dr. Miguel Grego pelo facto de ter chegado à Associação. Relembrou que a equipa do Seixo era a única equipa sénior que estava inscrita no Campeonato Distrital, aproveitando a ocasião pedir à Câmara Municipal uma ajuda para arranjar o piso do campo de jogos. Relativamente aos pavilhões dos escuteiros, disse que havia muito trabalho feito pelos escuteiros e que ouviu, da parte de algumas pessoas do Seixo, que a Câmara Municipal não tinha dado nenhum tipo de apoio para a sua instalação, assim gostaria de saber que tipo de apoio tinha sido dado para a sede de escuteiros. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário, que no seguimento do convite do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para a sessão de musica clássica, disse que os convites que lhe chegavam da Câmara Municipal, muito bem elaborados graficamente, chegavam sempre depois do acontecimento. Referiu que a intervenção do Eng.º Coquim, era musica para os seus ouvidos porque tinha feito uma intervenção elogiando a Câmara Municipal, o que lhe ficava bem em parte, mas que a sua intervenção seria um pouco mais cáustica. Começou por referir que havia algumas coisas que já vinha pedindo há muito tempo à Câmara e ainda não tinham sido feitas, por esquecimento ou desleixo por parte da mesma e se não conhecesse o passado desportivo do Dr. João Reigota, diria que se teria aburguesado e teria ficado um pouco malandro porque as obras tardavam a aparecer. Prosseguindo e fazendo uma análise da época balnear, disse que Mira tinha sido notícia pelos maus motivos, pelo encerramento do Centro de Saúde da Praia de Mira em plena época balnear, que em nada dignificava a Vila e muito menos o Município de Mira; que, não percebia como se deixava uma estrada no coração da Praia de Mira sem pequenas reparações; que, as estradas do Concelho de Mira eram as piores que tinham da zona centro, contando que andava muito de bicicleta e ao sair e entrar no Concelho de Mira era notável o estado em que as estradas se encontravam, nomeadamente, a EN109, mas podendo aquela ser reflexo das obras da A17 referiu outros exemplos como a estrada entre o Orbitur e o Clube Náutico que passava perto de duas urbanizações bastante conhecidas e se encontrava bastante degradada, que na sua opinião seria apenas por desleixo. Continuando, disse que o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parque de Campismo continuava uma bandalheira; que, tinha tido clientes e amigos que tinham lá estado e lhe tinham demonstrado o seu desagrado. Disse, também que a Praia de Mira necessitava de um espaço maior onde a Animação Cultural pudesse decorrer com maior dinamização. No tocante aos prazos velhos disse que davam um exemplo degradado da Vila da Praia de Mira; que, onde devia ter sido feita uma intervenção de fundo porque aquilo que se avistava era um amontoado de coisas velhas, entroncando naquela zona o circuito pedonal que estava completamente abandonado e cheio de lixo. Relativamente à antiga casa do guarda-fiscal, no centro da Praia de Mira, gostaria de saber se já tinha sido feito alguma coisa porque era uma ruína no coração da Praia de Mira. Alertou, para o facto da rotunda perto da casa da Marinha estar em areia e normalmente tinha um carro estacionado no meio. Terminando e aproveitando a presença dos Srs. Presidentes de Freguesia do Seixo e Carapelhos sugeriu, para em conjunto, fazerem uma obra na rotunda à entrada do Concelho de Mira, uma vez que a terra já estava lavrada podiam plantar de um lado nabos do outro batatas, porque depois de tanta exigência terem lá colocado quatro palmeiras completamente secas era preferível não terem feito nada. -----

-----Em direito de resposta o 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim disse que o Sr. Deputado Dr. Juan António não o tinha entendido muito bem; que, tinha começado por elogiar o Sr. Vereador Dr. Luís Rocha e só depois o Vereador Dr. Miguel Grego explicando, que a candidatura tinha sido feita com um valor muito alto, cerca de 50.000,00€, o Dr. Luís Rocha sabendo que a candidatura não avançaria, sem que fosse



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reformulada para um valor mais baixo, com todo o seu empenho a candidatura acabou por ser reformulada a tempo de ser considerada, deixando claro, que a candidatura só iria ter desenvolvimento se houvesse algum apoio da Câmara Municipal, apoio esse, que tinha sido dado pelo Sr. Vereador Miguel Grego. Terminou agradecendo ao Dr. Luís Rocha pela dinamização de toda a actividade cultural no Seixo. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, cumprimentando todos os presentes e começando pelos recados do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e Deputado Carlos Milheirão disse que os tinha registado para, imediatamente, os tentar resolver e caso fosse necessário o Chefe da Divisão Económico Financeira, Dr. João Oliveira explicaria a anomalia que tinha existido com as facturas da água. Quanto à escritura de justificação disse que todas elas eram enviadas para o sector jurídico e estavam a ser contestadas. No tocante à estrada da Videira para o FAOJ disse que o Sr. Presidente da Junta sabia perfeitamente porquê que aquela estrada não era feita e aquilo que tinha existido ao longo dos anos mas, se de facto, estava em tão mau estado teriam que, com a ajuda da Junta de Freguesia da Praia de Mira, tapar os buracos porque a questão do alcatroamento não sabia se iria colidir com o plano de urbanização. Quanto à intervenção do Eng.º Calisto Coquim no elogio ao Vereador Miguel Grego e também ao Vereador da oposição, Dr. Luís Rocha, disse que era um elogio merecido. Chegando à intervenção do Deputado Dr. Juan António disse que não o perturbava a forma de actuar e de brincar com questões mais cáusticas, no entanto tinha sido quase confrangedor ouvir todo o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negativismo e pessimismo, no momento em que o Concelho e o País necessitavam de confiança e de esperança, com as críticas construtivas que pretendessem fazer, mas não com as incoerências patenteadas na intervenção do Sr. Deputado, chegando a dizer, que as estradas do Concelho eram as piores da zona centro; que, de facto, eram as piores noutras gestões camarárias lideradas pelo Partido Social Democrata como era exemplo a estrada de Mira para Cantanhede, de Mira para a Praia de Mira e muitas outras do interior do Concelho. Quanto às estradas Municipais e Nacionais, disse que todos podiam ver os km de estrada que estavam feitos, no entanto, era curioso o exemplo dado pelo Sr. Deputado de vinte ou trinta metros de estrada, onde tinham ficado por tapar alguns buracos, junto do Orbitur, só era pena que não tivesse reconhecido os km, quer para Sul quer para Norte, que tinham sido feitos pelo actual executivo. Disse, que era necessária coerência e verdade na vida política, embora todos errassem, contudo, tanta coerência e tantas críticas negativas juntas o levavam a pensar que o Sr. Deputado na sua intervenção esteve a brincar com coisas sérias. Na questão da casa em ruínas, no areal da Praia de Mira, disse que tem feito despende muitas energias e tempo junto do Governo e do gabinete do Primeiro Ministro, existindo questões jurídicas que queriam ultrapassar mas ainda não tinham conseguido, no entanto, disse que o Sr. Deputado podia ter sido um pouco mais justo e ter feito referência ao barracão, junto da casa que referiu e que tinha sido retirado na semana anterior. Na questão do Circuito Pedonal, uma obra de grande importância para o Concelho e também um projecto do seu executivo, que tinha problemas pela sua dimensão, pelas condições climatéricas e pela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vegetação, como o caso das canas que rompiam, a todo o momento, o alcatrão e muitas vezes não existindo capacidade imediata para responder a uma multiplicidade de problemas que se estendiam por todo o Concelho. Na questão do apoio aos pavilhões dos Escuteiros do Seixo, disse que a Câmara Municipal tinha apoiado com muito material, dinheiro e serviço de máquinas. Quanto à animação da Praia de Mira, o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha sido diária e recusava-se a comparar a Praia de Mira com outras praias do País; que, tinham muitos motivos de orgulho da Praia de Mira mas também muitas preocupações de situações por resolver na Praia de Mira. Terminando, reportou-se à questão do Centro de Saúde da Praia de Mira dizendo que tinha sido uma obra nova, de acção de executivos seus, em coordenação com ARS e com os Governos, relembrando a precariedade de saúde que se vivia antigamente naquela terra; que, actualmente tinham surgido alguns problemas de fumos e cheiros e a Câmara Municipal em coordenação e pressão com os serviços de saúde e a Junta de Freguesia da Praia de Mira resolveu fechar o Centro de Saúde por 15 dias e os problemas tinham ficado resolvidos, voltando tudo ao normal funcionamento.-----

-----O Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, iniciou a sua intervenção realçando as coisas boas a as muitas actividades da época balnear, bastava ter visto o cartaz que propagandeava as actividades, para verificar, que tinham sido poucos os dias ou até nenhuns sem actividades, existindo dias até com mais que uma actividade e à semelhança do ano anterior, a seu ver, o Gabinete da Cultura da Câmara Municipal estava de parabéns pela variedade de enventos e pela possibilidade das pessoas, de todas as idades, participarem



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas actividades. Prosseguindo, referiu que tinha sido mais um ano sem incêndios florestais, destacando o papel dos Bombeiros Voluntários, da Protecção Civil Municipal, dos Sapadores Florestais e do Exército, que mais uma vez tinha estado na guarda das matas. Terminando, disse que tinha sido com grande satisfação que tinha visto, embora com pouco destaque na comunicação social, que a Câmara Municipal tinha ganho o processo da Videira Norte, questionando aquilo que faltava para que as pessoas pudessem ser donos dos terrenos e iniciar a construção. Demonstrou, ainda o seu contentamento, por a Câmara Municipal ter ganho, até ao momento, todas as acções interpostas pela Quercus contra a Pescanova e tanto quanto sabia a empresa estava prestes a iniciar a laboração e todas as ameaças e publicidade negativa que tinha existido em nada tinha mudado o seu funcionamento. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho, contando que tinha levado um casal amigo a passear na pista pedonal e que a tinha encontrado degradada, com falta de manutenção, cinquenta e nove lâmpadas fundidas á volta da Barrinha, entre postes e travessas tinha contado cento e quarenta e seis faltas, muito lixo, restos de gaivotas partidas, canas em cima das pistas etc. Continuando, disse que à volta dos peixes tinham retirado todos os postes mais baixos, questionando se os tinham vendido ou qual o seu destino. Prosseguindo, disse que há dez anos que a Videira Norte estava preparada para construir com todas as infra-estruturas necessárias, mas o que lá não faltava eram acácias, estando há dez anos a gastar luz sem nenhuma necessidade. Seguidamente, questionou porquê que a nova variante, que já tinha sido inaugurada há algum tempo, ainda se encontrava



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sem luz. Terminando disse que, na rotunda norte, que o seu colega de bancada também já tinha referido, encontrava-se desde a semana passada um tubo a correr água, que todos estavam a pagar e como já tinha sido referido que a rotunda à entrada do Concelho de Mira estava preparada para uma sementeira, o Sr. Deputado disponibilizou-se para oferecer a semente, que seria uma ideia interessante uma vez que tanto as batatas como os nabos davam flor. -----

-----A Sr.^a Deputada Prof. Ana Maria Baião, usou da palavra, e disse que como todos sabiam noventa e duas Câmaras, incluindo a Câmara de Mira, tinham assinado um protocolo de transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias referindo, que tratando-se de ensino básico e a Escola Secundária em Mira contemplava o 7.º, 8.º e 9.º ano, tinha algumas dúvidas na articulação do processo. -----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, começando por agradecer as coisas boas que se iam fazendo no Concelho e que tinham sido referidas pelo Sr. Deputado Dr. Paulo Grego. No tocante à Videira Norte, disse que tinha sido um projecto do seu anterior mandato e que todos sabiam a razão de as coisas se terem arrastado até aos dias de hoje, fundamentalmente, questões de tribunal e de baldios. No entanto, na semana passada tinham recebido, a boa notícia, de que tinham ganho aquela causa e após a decisão do tribunal de Mira, que tinha reconhecido o direito de propriedade sobre o terreno da Videira Norte, tornava-se realidade a possibilidade de se concretizar a ambicionada e necessária habitação a custos controlados, onde o passo seguinte seria o registo da parcela do terreno na Conservatória do Registo Predial de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira e a celebração da escrituras com os interessados e contemplados com os lotes. Naturalmente, que concordava com a intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho relativamente a obras daquela envergadura, que acabavam por cair no esquecimento durante tantos anos, estando sujeitas a algum vandalismo, acontecendo o mesmo com a questão das lâmpadas e muitas outras coisas, embora, com uma menor taxa, que muitas zonas do país e a Câmara Municipal não tinha deixado de alertar as autoridades para que vigiassem aquele tipo de situações. Quanto à pista pedonal, tinha a informação de que toda a pista tinha sido limpa e a maior parte das pontes tinham sido reparadas. Mais, disse que lhe custava ouvir algumas incoerências ao dizerem que o Parque de Campismo estava completamente abandonado, quando, estavam a ser investidos milhares de euros naquele parque e a criar tantas infra-estruturas; que, tinham sido enumeradas as críticas sem terem sido realçados, o mínimo de aspectos positivos. Relativamente às fugas de água, disse que de facto existiam, o sistema não era perfeito e relativamente àquela que tinha sido referida na zona industrial, ainda no dia anterior tinha alertado os serviços de jardinagem para tal situação, esperando que já estivesse resolvida. Prosseguindo, disse que os Srs. Deputados tinham visto a fuga de água na rotunda mas que não tinham visto as bem feitorias à volta daquela fuga de água como a nova estrada virada ao litoral, a A17 e outras. Quanto à intervenção da Sra. Deputada Prof. Ana Maria Baião, disse que de facto tinha estado em Lisboa, não tinha estado presente em todas as reuniões, na maior parte delas tinha estado o Vereador do pelouro, Dr. Miguel Grego, que tinha feito um excelente trabalho; que, tinha estado reunido com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Directora Regional de Educação e tinham chegado à conclusão que o documento interessava para Mira e que seria de aderir a tal causa; que, tinha ficado surpreendido com o facto de ter sido o único Presidente de Câmara, presente, do distrito de Coimbra, tinha estado também com os Presidentes de Câmara do Alentejo, do Algarve, do Norte, Presidentes de todos os Partidos Políticos e de Câmaras que tinham muitos problemas com questões de Educação. Terminou, pedindo que o Vereador Dr. Miguel Grego explicasse a questão colocada pela Sra. Deputada e Prof. Ana Baião. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que em Mira tinham a Escola com o 2.º ciclo e depois 3.º ciclo, juntamente com a secundária, apenas tinham sido transferidas competências até ao 2.º ciclo, e no 3.º ciclo ainda não tinham sido transferidas competências por protocolo, as únicas competências eram aquelas, que no âmbito do diploma que tinha saído, tinham sido transferidas directamente para todos os municípios; que, no que dizia respeito à Acção Social Escolar e aos Transportes Escolares tinham saído por despacho para todos os Municípios, as restantes que eram as actividades de enriquecimento curricular, o pessoal não docente e as infra-estruturas tinham sido transferidos por protocolo para cada Câmara que quisesse assinar; que, mais de um terço das Câmaras tinham decidido avançar naquela epopeia e aquilo que tinha sido transferido por protocolo tinha sido pessoal não docente, auxiliares administrativos e os indiferenciados, a gestão do Parque Escolar do 2.º ciclo, porque o 1.º ciclo e o pré-escolar já era de gestão municipal, e as actividades de enriquecimento curricular, que eram feitas por protocolo com algumas entidades, passavam a ser feitas directamente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a Câmara, Agrupamento de Escolas e Ministério de Educação. Terminou, referindo que o próximo ano lectivo estava em fase avançada de negociação. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia referindo que já tinha sido esgotado o tempo de “Antes da Ordem do Dia” apenas com seis intervenções; que, os temas eram interessantes, mas o que ali tinha sido dito, podia ter sido em dez ou quinze minutos, com a mesma substância e com mais objectividade. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio apenas para um esclarecimento, relativamente ao encerramento do posto médico, uma vez que tinham ficado muito intrigados, encarregaram-se de chamar os órgãos de comunicação social, mas que tinha tido o efeito pretendido, alertando as entidades que geriam a saúde para aquele problema, porque segundo o que lhe tinha sido comunicado, pelo Eng.º Victor Gonçalves, os papeis estavam na gaveta. Informou ainda, que o encerramento da extensão tinha sido da sua inteira iniciativa e responsabilidade, sem pressões por parte de ninguém a não ser pelo seu sistema respiratório e de quem lá trabalha.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida propondo que fizessem, pelo menos, as intervenções das pessoas já inscritas e que o regulamento devia ser repensado porque estavam três meses sem ter uma Assembleia e não era numa hora que conseguiam exprimir-se e o executivo expor as suas ideias e os seus argumentos. Concluiu, que devia ser feita uma proposta de alteração ao regulamento e deviam existir Assembleias temáticas onde pudessem falar sobre determinados assuntos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Carlos Monteiro interveio, dizendo que estavam oito intervenções inscritas e que era muito tempo. -----

-----Novamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para dizer que não era aumentando tempo, no período de antes da Ordem do Dia, que iriam resolver o problema mas sim disciplinando-se e que o executivo não tinha gasto mais do que o tempo que lhe era devido.-----

----- Interveio, mais uma vez o Sr. Deputado Carlos Monteiro para dizer que concordava com o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida na questão das Assembleias temáticas.-----

-----Interveio, o Sr. Deputado João Nogueira que depois de cumprimentar todos os presentes, disse que os barracões tinham sido demolidos e em sua substituição tinham surgido os novos armazéns que eram úteis, elegantes e dignificavam a Praia; que, já tinham sido inaugurados mas que a venda do peixe continuava a ser feita na rua e uma vez que era, constantemente, abordado pelas pessoas, questionou o porquê da lota ainda não funcionar nas novas instalações.-----

-----Interveio, o Sr. Deputado Carlos Monteiro para, em primeiro lugar, dizer que os contentores do lixo continuavam por limpar, tanto no início como no final da época balnear e que os horários da recolha do lixo continuavam como estavam anteriormente. Relativamente ao Parque de Campismo, referiu que tinha uns clientes que acharam o Parque de Campismo excepcional e terminando, disse que as valas e as margens da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barrinha estavam sujas e cheias de jacintos, fazendo votos para que não houvesse cheias e questionando aquilo que a Câmara estava a pensar fazer relativamente ao assunto.-----

-----Eram dezasseis horas e quarenta minutos quando entrou o Sr. Deputado Luís Miguel Mingatos. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Prof. Maria Elzita, começando por manifestar o seu agrado pelo início das obras do saneamento no Areal. Alertando, para no caso das condutas não estarem em condições e enquanto os buracos estivessem abertos, mudarem as condutas da água porque aquela zona tinha muito pouca pressão, principalmente durante o Verão. Terminando, questionou qual a percentagem de área do Concelho que estava provida de saneamento ou que viria a estar com aquele que se encontrava em execução. -----

-----Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão, alertando para a falta de um posto de turismo no centro da Vila, devidamente apetrechado, para informar todos aqueles que visitavam o Concelho; que, muitos deles o interpelavam pelo caminho para obter informações. Alertou, ainda para o facto de sanitários condignos naquela zona e terminou, referindo que com aqueles alertas não queria pedir a demissão do Sr. Presidente da Câmara, não fazia conta de ocupar o seu lugar, ao contrário de alguém que tinha pressa em o ocupar como já tinha verificado pelos Jornais. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço interveio para, em nome do seu colega Dr. Luís Miguel Mingatos que se tinha ausentado por alguns instantes, alertar para o facto de a taxa de aluguer dos contadores da água, ainda virem reflectidos nas facturas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando, aquela taxa já tinha sido abolida. Mais uma vez, alertava para o facto do estacionamento na marginal da Praia de Mira ter sido aprovado até às 20:00horas, os serviços técnicos tinham ido mudar a sinalização vertical até às 20:00horas contudo, nos parquímetros continuava até às 22:00horas. No tocante à EN109, disse que na inauguração da variante tinha sido anunciado a sua beneficiação e gostaria de saber se já existia uma calendarização prevista para aquela situação e que tipo de intervenção iria ser feita, relembrando que a última que tinha sido feita, tinha sido a colocação de uma pequena camada de alcatrão em cima daquilo que já existia, agravando ainda mais o problema; que, na sua opinião devia ser feito outro tipo de intervenção passando pela fresagem do piso existente e também pela contemplação de passeios, existindo zonas de passeios que se encontravam ao nível do piso entroncando, numa outra questão que já tinha colocado na ultima Assembleia, com as condutas de água, nomeadamente, na EN 109 com materiais que nos dias de hoje eram de utilização proibida, na sua opinião, era uma situação de saúde publica; que, não sendo possível com uma intervenção propositada para a mudança das condutas seria de aproveitar a intervenção que se previa para a EN109 e presumindo que seria feita ao nível dos passeios, fazia todo o sentido fazer tal intervenção e regularizar a parte das condutas, atendendo ao perigo que elas ofereciam em termos de saúde publica. Por último, referiu a definição de uma politica desportiva para o Concelho, que na sua opinião não existia, acabando os clubes muitas das vezes por deixar a prática desportiva e alguns escalões de formação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Deputado Dr. Juan António, esclareceu que na sua anterior intervenção, quando tinham abordado a questão da Animação Cultural, referiu-se sempre ao espaço onde ela tinha sido feita e sugerindo a zona dos Prazos Velhos. Continuando, com a questão do Parque Infantil da Paria de Mira, que já tinha colocado em Assembleias anteriores, mais uma vez se disponibilizou a dar o subsídio que recebia da Assembleia para ajudar na sua construção. No tocante ao Campo de Golfe disse que tinha havido no dia 12 daquele mês uma hasta pública, gostaria de saber em que moldes se encontrava e aquilo que se perspectivava a seguir, se passaria para uma marcação daqui a trinta dias ou para uma adjudicação directa. Disse, que a Câmara Municipal tinha feito muito pouco, tinha consultado vários sites ligados ao golfe, tinha visto muitos publicitados, nomeadamente, o campo de golfe de Cantanhede e não tinha encontrado nenhuma alusão ao potencial campo de golfe de Mira. Disse, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha uma grande responsabilidade por ser uma pessoa que estava à frente do Concelho há muitos anos mas, na questão da Videira Norte, achava uma irresponsabilidade ou então uma obra eleitoralista porque tinha feito uma obra num terreno que não era da Câmara e que não tinha tido utilidade. Ainda, no tocante à pista pedonal disse que era curioso relembrar que a paternidade devia ter sido dada a quem de direito; que, tinha sido uma obra lançada pelo Sr. Presidente da Câmara e seus executivo mas quem tinha trazido a ideia tinha sido o Sr. Carlos Rocha, um candidato do Partido Social Democrata, que na altura tinha sido muito criticado pelo Sr. Presidente. Concluindo, disse que também concordava que a recolha do lixo na Praia de Mira era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feita a horas pouco próprias, devia ser feita antes das sete ou oito da manhã e não durante o horário em que as pessoas estavam a ocupar os espaços, sugerindo que a limpeza fosse feita de uma forma individualizada e que as pessoas pudessem ser responsabilizadas pelo trabalho que estavam a exercer.-----

----- Interveio o Sr. Deputado e 2º Secretário, Paulo Reigota dos Santos e fazendo um balanço da época balnear referiu que não tinha corrido nem melhor nem pior que os outros anos; que, era difícil tanto para a Câmara Municipal como para a Junta de Freguesia da Praia de Mira terem tudo como devia ser porque era sempre um mar de gente, mas tinha verificado algumas coisas que podiam ser melhoradas no futuro, nomeadamente, a questão, já antiga, de cães e gatos vadios; que, tinha notado um maior amontoado de lixo na Praia e que devia ser estipulado um horário para cargas e descargas dos vendedores principalmente, na Avenida Infante Henrique porque o trânsito ficava sempre entupido. Mais disse, que tinha verificado que existiram roturas de esgotos na Praia de Mira que tinham sido bastante mais graves que anos anteriores, questionando se não seriam efeitos da Pescanova. Terminando, e a pedido de um habitante de Portomar, alertou para o facto de em frente à Escola de Portomar não existir uma passadeira, existia uma mais à frente, junto dos semáforos que não estava muito visível. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas pelos Srs. Deputados e começando pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Reigota, disse que era uma realidade as avalanches de fim de semana que traziam coisas boas para a Praia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Mira mas também deixavam muitos cães e gatos abandonados e que a Associação Nacional de Municípios estava a prever a construção de um canil regional. Quanto à passadeira em Portromar, que seria uma questão a estudar junto dos serviços, embora o assunto já tivesse sido estudado anteriormente e tinham concluído, que por questões de segurança não era recomendável a passadeira em frente à Escola. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António, começou por explicar que estava adjudicada uma obra de requalificação do Centro da Praia de Mira, pronta a ser iniciada e onde contemplava a valorização dos prazos velhos, de todas as margens do canal com a integração de questões ligadas às crianças, chamados Parques Infantis. Quanto ao Campo de Golfe, disse que cumpriam o regulamento e iam continuar a cumpri-lo. No tocante à Pista Pedonal agradeceu ao Dr. Carlos Rocha pela sua ideia, no entanto, que tinha sido pena, que naquela altura não tivesse tido o apoio maioritário que o Partido Social Democrata vinha tendo em Mira; que, o importante era que estava feita e tinha que ser valorizada. Quanto à EN109, disse que iria ser intervencionada e tinha pena que o Sr. Prof. não tivesse estado na inauguração porque grande parte da inauguração tinha sido a apresentação do projecto da obra da EN109, era uma grande obra que iria beneficiar a estrada, as bermas e a ponte da balança iria ser uma ponte nova, encontrando-se já na fase de expropriações para dentro de dois a três meses a obra ser iniciada. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, disse que o núcleo museológico, que já estava adjudicado, contemplava também a questão ligada ao turismo e quanto aos sanitários disse que já estavam colocados novos sanitários junto da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Biblioteca Municipal. Em toda a questão do lixo disse que, de facto, existia abuso na forma de utilização do lixo mas, curiosamente, há pouco tempo tinha lido numa revista que o Concelho de Mira era o Concelho onde melhor se fazia a recolha e separação do lixo. Quanto à Barrinha disse que a grande intervenção estava integrada no programa Polis da AmRia e que a Barrinha, o Lago do Mar, a Lagoa e as Valas estavam acauteladas com verbas de milhões de euros porque eram muitos km de valas com muitos problemas e que em termos de jurisdição não pertencia à Câmara Municipal. Quanto à intervenção da Prof. Maria Elzita, relativamente ao saneamento no Areal, disse que os trabalhos tinham sido iniciados durante aquela semana na zona do Areal que depois iria ligar a Carromeu de Cima e que também, já estava no Casal a iniciar uma outra empreitada; que, dos 11% de saneamento em baixa tinham passado para 40%, embora, ainda estivesse longe do saneamento desejado. Disse ainda, que as condutas de água também eram uma preocupação do executivo e que iriam ser acauteladas à medida que iam rompendo com o saneamento. Terminando, disse que a questão do funcionamento da Lota estava relacionada com licenças sanitárias e com o número de controlo veterinário que a Docapesca tinha que ter para poder funcionar.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, explicou que em termos de política desportiva a Assembleia iria prenunciar-se no âmbito da Carta Desportiva que estava a ser elaborada; que, já tinha sido feito um cadastramento de todas as instalações, já tinham sido dadas directrizes daquilo, que em termos de executivo, era a política desportiva e não compreendia, quando o Sr. Deputado Prof.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Luís Lourenço na sua intervenção, tinha referido que as equipas iam acabando, porque em termos de formação não tinham acabado, recordando algumas das escolas de formação que o Concelho tinha, algumas delas pela primeira vez em modalidades que não existiam, inclusivamente, com resultados de campeões e subida de divisões em formação; que, também estavam preocupados com os seniores, mas sabia que na atribuição de subsídios, uma equipa de formação até juniores, recebia três vezes mais do que uma equipa de seniores e em termos de escalões de formação de futebol, nunca tinha havido tantos escalões de formação como nos dias de hoje, dando exemplo do Futsal, Patinagem, Hóquei em patins, Atletismo, Remo, Canoagem, Natação e Basquetbol e para além dos referidos, tinham ainda o projecto Gira bola em Voleibol e parcerias para uma escola de referência de Voleibol feminino, Andebol com São Bernardo e Basquetebol com a Federação Portuguesa de Basquete. Terminando, disse que em termos de formação nunca tinha havido tanta prática desportiva; que, era política do Executivo não ser a Câmara Municipal a ter escolas de formação mas sim parcerias com clubes, que tinham o mais importante, que era a massa humana, os dirigentes. Em termos de enquadramento da política desportiva estavam a fazer a Carta Desportiva e em termos de infra-estruturas Desportivas, algumas das que iam ser melhoradas já estavam pré-definidas, como a instalação do Estádio Municipal naquela localização; que, tinha sido sempre assumido pelo executivo que o Parque Desportivo Municipal teria de ser concentrado para servir a formação começando, desde logo, pela Escola que era o principal utilizador. Ainda, relativamente à intervenção do Sr.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Dr. Juan António na questão do golfe, disse que ele sabia que tinham existido enumeras reuniões e em termos de publicidade referiu algumas das revistas, jornais e sites onde tinha sido publicitado. -----

----- Eram dezassete horas e dez minutos quando o Sr. Deputado Luís Filipe Cainé entrou na sessão. -----

----- Interveio ainda, o Dr. João de Oliveira, Chefe da Divisão Económico Financeira, que relativamente à designação de aluguer de contadores que constava nas facturas, explicou que as facturas eram emitidas através de um protocolo com os CTT resultante de um modelo fabricado por eles; que, o referido modelo tinha sido objecto de formulação que tinha resultado de vários factores, como a obrigação de facturação mensal, a entrada em vigor do regulamento aprovado e de outros ajustamentos, nomeadamente, a introdução de um novo modelo de pagamento denominado “peyshop” onde a empresa, que afinava o modelo de emissão de facturas, não tinha tido capacidade de resposta tendo a factura saído ainda com o formato anterior; que, esperava que no próximo mês as coisas já estivessem resolvidas e que as facturas saíssem dentro dos parâmetros da lei, que constavam no regulamento que tinha sido ali aprovado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, usou da palavra deixando no ar a ideia de uma Assembleia temática como tinha sido referido, sugerindo pontos, tais como a Relação dos Serviços Autárquicos com os Cidadãos e uma Política Sustentada e Sustentável para o Concelho pedindo aos líderes das bancadas, para em conjunto, pensarem uma agenda e proporem uma data para a Assembleia temática. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eram dezassete horas e quinze minutos quando se iniciou um pequeno intervalo, reiniciando-se novamente a sessão às dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

---- PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. -----

---- Na ausência do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tomou da palavra, começando por explicar que no relatório financeiro era de destacar que o endividamento financeiro, relativamente à última Assembleia, estava estabilizado com um ligeiro acréscimo, unicamente, por algumas das obras que eram financiadas não ter ainda entrado a respectiva comparticipação e como tinham de ir saldando, porque só podiam pedir a comparticipação estando a obra quitada, tinha de ser feito um esforço de pagamento para depois poderem ser ressarcidos do valor. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António, questionando, que nas dívidas do endividamento bruto quando apareciam as dívidas a curto prazo a empreiteiros, estava expurgado dos valores que estavam transferidos para factoring. Relativamente ao endividamento, disse que era daqueles que pensava que não importava se a autarquia estava endividada, desde que as obras aparecessem e houvesse desenvolvimento. Terminando, elogiou mais uma vez a forma como o relatório estava elaborado e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentado, tornando-se apelativo e atractivo com a facilidade de qualquer pessoa conseguir lê-lo. -----

---- Em resposta, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, disse que constavam os valores do factoring no endividamento a fornecedores. Quanto à apresentação do relatório disse que os serviços têm feito todo o esforço para o tornar numa linguagem mais acessível para que todos o pudessem entender. -----

---- **PONTO DOIS: “Fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis”.**-----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que era uma obrigação legal, que tinha de ser definido nos órgãos competentes a taxa do IMI para o próximo ano; que, defendendo a mesma politica, existia apenas uma ligeira alteração de um ponto percentual num dos valores que iria vigorar, por obrigação legal, estipulando o valor máximo de 0,7%. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António, para dizer que a taxa devia ter descido mais, no mínimo 0,2%; que, num extracto de uma acta de 2007, presidida pelo Sr. Vice-Presidente, onde tinha sido referida a questão da entrada em funcionamento do zonamento que iria acabar com alguns desequilíbrios existentes, nomeadamente, no Miroásis onde umas pessoas pagavam uma determinada taxa e outras estando também no mesmo empreendimento, mas afectos a outra área, pagavam uma taxa diferente, existindo assim um tratamento desigual. Continuando, disse que aquela parte do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zonamento ainda não estava em vigor, estando continuamente a onerar algumas pessoas daquela área, recordando que quem ali tinha investido estava a ser altamente prejudicado em termos de contribuições de IMI e em contrapartida não verificavam, por parte da Câmara Municipal, qualquer tipo de cuidado na manutenção do empreendimento como a falta de passeios e outros. Disse ainda, que era importante saber quais eram os prédios ou a percentagem dos mesmos que passavam do regime antigo para o regime novo. Concluindo, disse que vivendo numa cidade acabava por ter uma contribuição mais baixa do que algumas pessoas que estavam a viver na Praia de Mira. -----

---- Tomou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para, em primeiro lugar, dizer que a recomendação do Conselho de Ministros vinha de encontro àquilo que o Partido Social Democrata tinha defendido há um ano atrás, deixando margem de manobra às Autarquias e aos Municípios para baixarem e que em Mira só tinha baixado 0,1%; que, após a recomendação ainda estavam no tecto máximo, e como o zonamento ainda não tinha tido efeito, vinha dar razão àquilo que defenderam há um ano, ou seja, que tivessem reduzido a taxa enquanto o zonamento não estivesse pronto; que, a recomendação do Conselho de Ministros vinha dizer aquilo que defendiam, que se devia baixar mais, mas que dentro daquilo que era a recomendação, continuavam na taxa máxima, tornando-se um desincentivo de fixação de pessoas no Concelho, existindo Concelhos vizinhos, que com aquela recomendação tinham baixado 0,2%. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo, questionando qual o montante da receita dos prédios urbanos 0,8% e qual o montante que vinha do IMI. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, disse que não estando ninguém que pudesse responder à questão do Sr. Deputado, podia apresentar a questão à Câmara Municipal, que lhe seria respondido. -----

---- Continuando, o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo disse que contrariamente ao que tinha sucedido, o seu voto era contra porque não percebia a questão de os prédios urbanos antigos baixarem 0,1%, lembrando que o Concelho de Mira para aqueles que iam baixar 0,1%, já tinham estado a pagar 1,2%, passando para 0,7%; que, os contribuintes que estavam no sistema do CIMI iriam manter-se, ficando assim, uns a ser mais favorecidos que outros. Informou ainda, que o número de prédios omissos à matriz, prédios novos que entraram para a matriz entre 2005 e Setembro de 2008 foram 1454 e prédios existentes da matriz, primeiras transmissões, nomeadamente, por questões de herança entraram 1301, fazendo um total de 2755 prédios, daí a questão de saber qual a fatia da receita da Câmara Municipal, relativamente aos que iriam ser taxados a 0,7% e eventualmente aqueles que iriam ser taxados com a sugestão da Câmara Municipal de 0,4%. Terminou, dizendo que a proposta deveria ser repensada porque todos os contribuintes deviam ser tratados da mesma maneira. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos, para dizer que o discurso do Sr. Primeiro Ministro relativamente à necessidade de baixar o IMI só vinha provar que as razões que o executivo tinha apresentado para nunca o baixar, pelo contrário até queria



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subi-lo, não eram válidas. Mais disse, que manter as taxas máximas nos dois regimes era desincentivar as transmissões de imóveis e por isso, gostaria de saber a razão objectiva para se manterem as taxas máximas no Concelho. -----

---- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro interveio, para esclarecer o Sr. Deputado Cravo Roxo que não existia nenhum co-autor do projecto nem estudos prévios como se tinha chegado àquele valor, simplesmente acreditavam. -----

---- Tomou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António questionando, o que tinha determinado a fatia do IMI à Freguesia da Praia de Mira. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo, para dizer que quando tinha falado nos Srs. Deputados do Partido Socialista, referia-se à situação de uns contribuintes passarem de 0.8% para 0.7% e outros de 0.4% para 0.4%.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego para, relativamente àquilo que tinha sido debatido há um ano, na altura da fixação da anterior taxa, dizer que não encontrava nenhuma alteração que tivesse sido proposta por parte do executivo, a não ser a da imposição legal que obrigava a baixar de 0,8% para 0,7%, logicamente que mantinham o sentido de voto porque os motivos que os levaram a votar no ano passado eram os mesmos que teriam neste ano.-----

---- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio, para dizer que considerava que a Praia de Mira estava sobre taxada, já para não falar no Miroasis e no Mira Villas, onde uma casa de r/c e primeiro andar com três assoalhadas na Praia de Mira pagava mais do que a mesma casa noutra sítio do Concelho e que muitas das casas eram de habitação e não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para comércio. Terminando, e relativamente à questão do Sr. Deputado Dr. Juan António disse que a freguesia da Praia de Mira não tinha recebido rigorosamente nada do IMI; que, se tinha informado junto do Ministério das Finanças onde lhe disseram que o dinheiro era transferido directamente para as contas das Juntas de Freguesia e que o pagamento estava a ser feito, faseadamente, às Juntas de Freguesia do País; que, na sua opinião, provavelmente, teria havido um lapso e o dinheiro que devia ter sido transferido para a Praia de Mira teria ido parar á Junta de Freguesia de Mira. -----

---- O Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Mira, António Cardoso Alberto, disse que a Junta de Freguesia de Mira, no ano passado, tinha recebido 12.000,00€, este ano já tinha recebido 3.000,00€ e que não tinha recebido nada da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

---- Interveio o Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Mário de Jesus Manata ,para dizer que tinham recebido 1.200,00€. -----

---- O Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Albano Manuel Lourenço, usou da palavra para dizer que este ano a Junta de Freguesia tinha recebido 1.900,00€. -----

---- Interveio, novamente, o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que a Praia de Mira, desde que o Sr. Deputado tinha entrado para a Comissão de Avaliação, sempre tinha pago mais que as restantes Freguesias do Concelho, recordando que desde o ano de 2000 quando os valores foram actualizados, uma casa com 200m² na Videira pagava uma contribuição de 500,00€. Explicou ainda, que os parâmetros que tinham



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido definidos para as Comissões de Avaliação diziam que 15% era para o terreno, o valor da construção mais terreno eram 615,00€, valores que estavam legislados e que não eram alterados. Disse ainda, que o novo sistema tinha falhas, que embora já tivessem sido corrigidas algumas delas, continuavam ainda a existir falhas e não competia aos peritos resolver a questão.-----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António, agradecendo a intervenção dos Srs. Deputados Virgílio Cravo Roxo e Carlos Milheirão porque, de facto, verificava-se que a Praia de Mira tinha estado a pagar muito, alertando a Câmara Municipal para olhar, para a Praia de Mira com outros olhos e que investisse lá parte das receitas. -----

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, em primeiro lugar, pediu desculpa por não estar devidamente preparado e não ter capacidade técnica para responder a algumas das questões. Disse, que à medida que ouvia o Sr. Deputado Virgílio Cravo Roxo, que tinha conhecimentos privilegiados naquela matéria, achava que a sua tarefa ia ficando mais facilitada e que algumas respostas estavam a ser dadas; que, se tivesse ficado até ao fim na reunião de há um ano, teria sido mais fácil explicar aos Srs. Deputados, presentes, alguns dos valores que eram pagos, porque eles deviam-se ao zonamento, ao coeficiente que não era responsabilidade da Câmara Municipal mas dos peritos que tinham feito o zonamento; que, o valor final a pagar não era apenas a taxa, era a taxa a multiplicar pelos valores fixos e pelo coeficiente e que não se podia alterar apenas uma das parcelas; que, baixando o zonamento, as pessoas passariam a pagar menos mas, não era da responsabilidade do executivo alterá-lo. Continuando, e reportando-se à intervenção



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Sr. Deputado Dr. Juan António relembrou, em valores redondos, alguns investimentos na Praia de Mira, nomeadamente, de 1.000.000,00€ nos bungalows; 1.000.000,00€ no Parque de Campismo; 1.000.000,00€ na Lota; 580.000,00€ na Variante Sul; o investimento em postos de trabalho na Pescanova; a requalificação do Centro da Praia de Mira e outros, os quais representavam 70% do investimento global em obras no Concelho. Disse ainda, que tinha estado numa reunião da AmRia com outros Presidentes de Câmara e aquilo que iam fazer era, exclusivamente, o ajuste legal, confessando que não tinha dados concretos de outras Câmaras mas sabia que uma delas tinha descido e quatro mantinham. Terminando, questionou o Sr. Deputado Virgílio Cravo Roxo quando referiu que aqueles que tinham 1.2%, tinham passado para 0.7, com o mesmo sistema e aqueles que estavam agora em 0.4%, gostaria de saber em quanto estavam quando os outros se encontravam em 1.2%.-----

---- O Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo, em resposta ao Sr. Vereador, explicou que existiam duas situações e por isso eram aprovadas duas taxas, uma de 0.8% que passaria para 0.7% e outra de 0.4% que passaria para 0.4% e que o método de avaliação era diferente, os prédios urbanos que estavam na matriz iriam passar para 0.7%, onde já tinham sido 1.2% para o mesmo sistema concluindo assim, que a Câmara Municipal estava a cobrar abaixo, daquilo que cobrava no ano 2000, e para o 0.4% estava a cobrar acima daquilo que devia.-----

---- Novamente, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio, para dizer que não estavam a prejudicar ninguém, nem tão pouco, a beneficiar ninguém por estabelecerem aquelas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxas, apenas porque a taxa de 0.8% e de 0.4% eram as taxas definidas pelo executivo; que, e a única alteração que tinha havido não tinha sido por uma mudança de política mas por imposição legal. Quanto, à questão das razões apontadas pelo Sr. Primeiro Ministro que as Autarquias locais estavam a cobrar muito acima, disse que o Primeiro Ministro tinha referido também a transferência de outros impostos para as Câmaras Municipais, impostos esses, que o executivo não estava a cobrar; que, se somassem aquilo que o município ia buscar, em termos de derrama e IVA, não estava a cobrar tanto como se cobrasse todos os impostos que podiam cobrar. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, para dizer que onde existia o problema do zonamento era nos 0.4%; que, se mexessem nos 0.8% para 0.7%, que já eram os prédios que estavam avaliados com valor mais baixo e que não tinham problemas com o zonamento porque não tinham sido avaliados, deviam também mexer na taxa de 0.4%, que eram aqueles que tinham problemas com o zonamento e que estavam avaliados mais altos; que, os prédios que estavam sub-avaliados continuavam com a mesma taxa e continuavam com a taxa mais alta; que, a recomendação tinha sido só na taxa porque eram os prédios que tinham o valor mais reduzido.-----

---- Interveio, mais uma vez, o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que existiam munícipes que iam ser tratados de forma diferente porque, existia dois critérios para a mesma coisa; que, não concordava, e daí, a pergunta relativamente à receita que viria dos prédios urbanos e dos que estavam avaliados sobre o IMI.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com dez votos contra do Partido Social Democrata; uma abstenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão e onze votos a favor do Partido Socialista. O Sr. Deputado Paulo Reigota não votou por se encontrar ausente. -----

---- DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

---- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, usou da palavra para, em nome da bancada, dizer que tinham votado contra porque as taxas aplicáveis continuavam a ser as máximas tendo em conta a entrada em vigor da resolução do Conselho de Ministros; que, o Governo Português viu uma realidade, há muito defendida pelos autarcas do Partido Social Democrata em Mira, que os responsáveis do Executivo Municipal sempre foram negando, tornando evidente, que o crescimento desenfreado das receitas do IMI, ou das despesas com impostos municipais dos munícipes de Mira, iam muito além de valores razoáveis e não eram uma realidade com causa particular do zonamento como sempre fizeram crer; que, tinha sido defendido, que as alterações ao zonamento iriam corrigir as situações mais justas, e até agora, não tinham conhecimento dessa correcção ter sido realizada; que, as taxas máximas aplicáveis a ambos os prédios, os avaliados nos termos do CIMI e outros, eram um claro desincentivo à transmissão e regularização de imóveis e consequentemente, um desincentivo ao investimento; que, tornava-se evidente, que o executivo apenas propôs aquelas taxas por imposição do governo e não por uma efectiva política de tributação justa do património. -----

---- O Sr. Deputado Carlos Milheirão, referiu que a sua abstenção se devia às razões



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

invocadas na sua intervenção, considerando que existia desigualdade de tratamento em iguais circunstâncias. -----

---- A Sra. Deputada Prof. Maria Elzita, em nome da sua bancada, disse que o voto tinha sido favoravelmente uma vez que não tinha havido alteração de política e apenas uma imposição legal. -----

---- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal”.** -----

---- Relativamente ao regulamento em questão, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, interveio e disse que era um regulamento que já tinha cumprido todos os requisitos, já tinha estado em Reunião de Câmara e em consulta pública; que, não existia no mercado da Praia de Mira e tinha sido elaborado tendo por base normas técnicas, o acompanhamento técnico do gabinete técnico da UAC e pretendia dar resposta, a um conjunto de obrigatoriedades, em termos de normas de HACCP e de mais normas de controle alimentar. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António, questionando, quantas coimas tinham sido pagas, durante o ano, pelos utentes do mercado. Continuando, disse que o regulamento era bastante extenso e tendo como exemplo o Artigo 39.º ponto 3, questionou se a Câmara Municipal tinha dado formação aos seus fiscais, no sentido de actuarem de acordo com aquelas normas, uma vez que o regulamento era demasiado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnico e em relação a outros regulamentos elaborados a aplicabilidade prática tinha sido nula. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, interveio e na sua opinião o regulamento era bastante extenso sugerindo que lhes fosse explicado, resumidamente, aquilo que pretendiam com o regulamento e quais as suas alterações. -----

---- Em resposta, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, disse que a sugestão do Sr. Deputado era um trabalho que podia ser feito, mas não naquele caso, que era um regulamento novo e tinha que ser aprovado na íntegra pelos Srs. Deputados. Quanto à questão das coimas disse que ao abrigo daquele regulamento não tinham sido aplicadas nenhuma porque o regulamento ainda não estava em vigor. Terminando, explicou que o objectivo tinha sido colocar num regulamento, tudo aquilo que estava disperso por muita legislação geral em termos de higiene e segurança alimentar; que, relativamente à formação estava a ser dada formação, não só à fiscalização mas também às pessoa que trabalham no mercado. Em suma, disse que tentaram criar um documento que compilasse grande parte da legislação para que as pessoas pudessem trabalhar dentro das normas e quando houvesse alterações, a sugestão do Sr. Deputado seria bem aceite em que os serviços técnicos elaboravam um documento, apenas daquilo que seriam as alterações e não do regulamento maçudo. -----

---- Sem mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o regulamento **aprovado por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:-----

----- Interveio o Sr. João Manuel de Jesus Milheiro, natural e residente na Praia de Mira, para falar de um assunto, que a ser verdade e a estar correcta a sua interpretação, achava o maior atentado ao Concelho de Mira e em particular à população da Praia de Mira, prendia-se com o Campo de Golfe. Disse, que recentemente o governo tinha protocolado com os municípios do Oeste formas de comparticipar o facto de naquela região não ter sido construído o Aeroporto da OTA que tinha passado para Alcochete, entendendo o governo que devia compensar a região pelo facto do Aeroporto não ter sido lá construído, aprovando com as autarquias um pacote de dois mil milhões de euros, eram 172 projectos em que parte deles tinham sido indicados pelas autarquias; que, no ano 2000 tinha ocorrido um caso semelhante no Concelho, embora as dimensões não tivessem comparação, tudo o resto era uma fotocópia ao caso do Campo de Golfe; que, inicialmente estava programado na Praia de Mira mas por uma resolução do Conselho de Ministros aquela zona tinha sido considerada zona pertencente à rede natura 2000 e por isso o campo de golfe tinha sido chumbado e não sendo possível a construção naquela localização o governo, onde era ministro do Ambiente o Sr. Eng.º José Sócrates, comprometeu-se com a Autarquia, como estava registado na reunião de Câmara de 14 de Novembro de 2000 e que o Sr. João Manuel passou a ler “*O Ministro*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Ambiente, Eng. José Sócrates, afirmando compreender toda a situação, mostrou-se disponível para estudar, com a Autarquia, uma alternativa, desde logo afirmando que estava pronto a aprovar e a financiar um projecto para o local do Golfe, desde que fosse compatível com as normas ambientais da Natura 2000. Estava ainda disponível para estudar uma realocização do Golfe, noutra espaço, não integrado na Natura 2000". Continuando, explicou que o espaço referido pelo Sr. Eng.º era o actual espaço a Norte do Concelho e questionou, que mostrando o governo de então toda aquela disponibilidade para participar, financiar e aprovar projectos compatíveis com a Rede Natura 2000 para aquela zona, passado oito anos, nada ali tinha sido feito. No tocante ao empreendimento Miroasis, disse que não conseguia perceber a atitude dos sucessivos executivos da Câmara Municipal de Mira relativamente às pessoas que eram proprietárias no Miroasis, deixando bem claro que não era proprietário nem tinha nada naquele empreendimento, contudo, revoltava-o o estado em que se encontrava aquele empreendimento, nomeadamente, no segundo mandato do Dr. Reigota em que a Câmara Municipal tinha encaixado com as vendas de lotes 1.400.000,00 euros e a não ser na rua principal, aquelas pessoas não tinham passeios feitos pela Autarquia; que, aquelas pessoas não tinham tido a situação merecida, até porque pagavam a mais elevada taxa de IMI do Concelho que comparando com a Videira Norte onde ainda nada existia, mas onde já tinham sido gastos rios de dinheiro, desde estradas, passeios, canalizações, luz e outras infra-estruturas. Ainda, relativamente ao Miroasis disse que existia um buraco devidamente forrado com azulejos, vedado com uma vedação tosca e suja, buraco esse



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, supostamente, era para ser uma piscina, para a qual existia uma rubrica no orçamento que disponibilizava, na altura, dez mil contos e que era um problema transversal aos vários executivos. Relativamente ao Regulamento do Mercado Municipal, disse que já estavam na União Europeia há vinte e dois anos, fazíamos parte de um conjunto de países que era o melhor que existia no Mundo e era necessário que as entidades que governavam, tanto a nível central como local, exigissem das pessoas, contudo, não concordava que exigissem da porta para dentro, como locais abertos ao público e da porta para fora era a miséria que todos viam, lixo por todo o lado, a recolha do lixo que era feita a horas completamente descabidas, sobretudo, quando numa acta de Setembro de 2006 o Sr. Presidente da Câmara, em resposta a um Sr. Deputado afirmava que a Câmara Municipal tinha tido conhecimento de que os contentores do lixo não eram lavados nem desinfectados há cinco anos. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, para agradecer a intervenção do ilustre conterrâneo João Milheiro e que os Srs. Deputados e Vereação tomariam boa nota dos seus reparos; que, seguramente alguns aspectos que tinham sido abordados faziam parte das preocupações dos membros daquela Assembleia, outros seriam tomados em nota e certamente que os partidos presentes, como lídimos representastes e interpretares dos interesses dos concidadãos do Concelho, iriam tomar as providências e desencadear as acções que entendessem, tal como o Executivo. -----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e cinquenta minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----
